



Estado do Maranhão  
Câmara Municipal de João Lisboa

Sexta Sessão do Terceiro Período Ordinário realizada aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis às dez horas e trinta e cinco minutos na Câmara Municipal de João Lisboa no plenário Raimundo Lima Nunes, sob a presidência do vereador Ronnie Von Luis Rodrigues e a presença dos demais vereadores conforme foi assinado o livro de presença o qual foi autorizado sua leitura e o senhor presidente em nome de Deus e das leis do país declarou aberta a sessão. Em seguida foi feita a leitura bíblica do Livro de Salmos pelo vereador Jackson Sousa Rocha. Continuando o presidente submeteu em votação a ata da sessão anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida informou a pauta da sessão do dia. Iniciando a Ordem do Dia autorizou a Leitura do Parecer da comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Indústria e Comércio, ao Projeto de Lei Legislativo número zero um barra dois mil e vinte e seis de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de João Lisboa que concede Reajuste na Remuneração de cargos dos servidores Efetivos do Poder Legislativo Municipal de João Lisboa maranhão, observando o disposto nos incisos VI e VII do artigo 29, no artigo 29-A e artigo 37, Inciso X todos da Constituição Federal, e da outras providências. Em seguida foi autorizado a leitura do Parecer da comissão de Finanças e Orçamentos ao Projeto de Lei Legislativo número zero um barra dois mil e vinte e seis de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de João Lisboa que concede Reajuste na Remuneração de cargos dos Servidores Efetivos do Poder Legislativo Municipal de João Lisboa maranhão, observando o disposto nos incisos VI e VII do artigo 29, no artigo 29-A e artigo 37, Inciso X todos da Constituição Federal, e da outras providências. Os referidos pareceres foram submetidos em votação os quais foram aprovados por unanimidade, após foi submetido em votação o referido projeto de lei ora citado que foi aprovado por todos os vereadores presentes. Continuando foi autorizado a leitura do Parecer da comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Indústria e Comércio ao Projeto de Lei Legislativo número zero três barra dois mil e vinte e seis de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de João Lisboa que concede a Revisão Geral Anual aos Servidores Comissionado do Poder Legislativo Municipal de João Lisboa maranhão, observando o disposto nos incisos VI e VII do artigo 29, no artigo 29-A e artigo 37, Inciso X todos da Constituição Federal, e da outras providências. Em seguida foi autorizado a leitura do Parecer da comissão de Finanças e Orçamentos ao Projeto de Lei Legislativo número zero três barra dois mil e vinte e seis de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de João Lisboa que concede a Revisão Geral Anual aos Servidores Comissionados do Poder Legislativo Municipal de João Lisboa maranhão, observando o disposto nos incisos VI e VII do artigo 29, no artigo 29-A e artigo 37, Inciso X todos da Constituição Federal, e da outras providências. Os pareceres ora citados foram postos em votação os quais foram aprovados por todos os vereadores, após foi colocado em votação o referido projeto de lei o qual foi aprovado por unanimidade. Continuando foi autorizado a leitura do Parecer da comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Indústria e Comércio, ao Projeto de Lei Legislativo número zero quatro barra dois mil e vinte e seis de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de João Lisboa que concede a Recomposição Inflacionária aos vereadores do Poder Legislativo Municipal de João Lisboa, observando o disposto nos incisos VI e VII do artigo 29, no artigo 29-A e artigo 37, Inciso X todos da Constituição Federal, e da outras providências. Em seguida foi autorizado a leitura do Parecer da comissão de Finanças e Orçamentos



Estado do Maranhão  
Câmara Municipal de João Lisboa

ao Projeto de Lei Legislativo número zero quatro barra dois mil e vinte e seis de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de João Lisboa que concede a Recomposição Inflacionária aos vereadores do Poder Legislativo Municipal de João Lisboa, observando o disposto nos incisos VI e VII do artigo 29, no artigo 29-A e artigo 37, Inciso X todos da Constituição Federal, e da outras providências. Após a leitura os referidos pareceres foram submetidos em votação os quais foram aprovados por todos os vereadores, em seguida foi submetido em votação o projeto de lei supracitado que foi aprovado por unanimidade. Dando sequência foi autorizado a leitura do parecer da comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Indústria e Comércio, ao Projeto de lei Legislativo número zero cinco barra dois mil e vinte e seis que Altera o anexo único da Lei número zero dezanove barra dois mil e vinte e cinco para incluir o cargo de assessor de Controle Interno e acrescentar um cargo de assessor parlamentar no Quadro de pessoal da Câmara Municipal de João Lisboa e dá outras providências. Após foi autorizado a leitura do parecer da comissão de Finanças e orçamentos, ao Projeto de Lei Legislativo número zero cinco barra dois mil e vinte e seis que Altera o anexo único da Lei número zero dezanove barra dois mil e vinte e cinco para incluir o cargo de assessor de Controle Interno e acrescentar um cargo de assessor parlamentar no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de João Lisboa e dá outras providências. O senhor presidente submeteu em votação os pareceres ora citados os quais foram aprovados por unanimidade, em seguida submeteu em votação o projeto de lei número cinco barra dois mil e vinte e seis o qual foi aprovado por todos os vereadores. Prosseguindo foi autorizado a leitura do parecer da comissão de Legislação, Justiça, Redação Final, Indústria e comércio ao Projeto de Lei Legislativo número zero seis barra dois mil e vinte e seis, que institui, no âmbito do Município de João Lisboa, a obrigatoriedade de disponibilização de salas especiais para candidatos portadores de Transtornos do Espectro Autista (TEA) em concursos públicos municipais. O parecer foi submetido em votação o mesmo foi aprovado por todos os edis. Continuando submeteu em votação o referido projeto de lei o qual foi aprovado por todos os vereadores. Após foi autorizado a leitura do Projeto de Decreto Legislativo número zero dois barra dois mil e vinte seis dispõe sobre a concessão da Comenda Rosa Grande e dá outras providencias. O projeto de decreto foi submetido em votação o qual foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo foi autorizado a leitura das indicações números zero trinta e sete, zero trinta e oito, zero trinta e nove, zero quarenta e zero quarenta e um barra dois mil e vinte seis. A primeira e a segunda de autoria da vereadora Eva Magna Menezes Rodrigues Silva, uma a edil solicitou ao deputado estadual Antônio Pereira, juntamente com o excelentíssimo senhor prefeito municipal Fábio Vale de Holanda, o bloqueamento do loteamento Recanto da Natureza, nesta cidade. Subscrita pelos vereadores Carla Fernandes Rocha Amorim, Jackson Sousa Rocha, Antônio Berlande da Costa Nascimento. A outra a mesma solicitou ao deputado estadual Antônio Pereira, juntamente com o excelentíssimo senhor prefeito municipal Fábio Vale de Holanda, o bloqueamento da rua de acesso do povoado São Raimundo na entrada do loteamento designado Cigana até o final, neste município. Subscrita pelos vereadores Carla Fernandes Rocha Amorim, Jackson Sousa Rocha, Antônio Berlande da Costa Nascimento, Evaldo Carvalho da Silva, Meuryane Bezerra da Silva, Ronnie Von Luis Rodrigues, José Alves da Silva, Geneilson Dourado da Silva, João Lopes de Sousa Filho e Marcones Silva de



Estado do Maranhão  
Câmara Municipal de João Lisboa

Oliveira. A terceira de autoria dos vereadores Evaldo Carvalho da Silva, Geneilson Dourado da Silva e Eva Menezes Rodrigues Silva, os mesmos solicitaram ao excelentíssimo senhor prefeito municipal Fábio Vale de Holanda, juntamente com o Departamento de Trânsito, a instalação de um semáforo no cruzamento da rua da Mangueira com a rua Primeiro de Maio, próximo ao bar do Deusimar, deste município. A quarta de autoria do vereador Jackson Sousa Rocha, o edil solicitou ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, juntamente com a secretaria municipal de Infraestrutura a construção de um quebra-molas em frente a UBS da Norte Sul e da creche da igreja Batista. A quinta de autoria dos vereadores Antônio Berlande da Costa Nascimento e Meuryane Bezerra da Silva, solicitando ao deputado estadual Josivaldo JP, a recuperação asfáltica ou recapeamento das seguintes ruas: Dois, Cinco, Oito, Doze, Treze e rua da Caema, no bairro Invasão, nesta cidade. Subscrita pelos vereadores José Alves da Silva, Jackson Sousa Rocha, Geneilson Dourado da Silva e Carla Fernandes Rocha Amorim. O senhor presidente submeteu em votação as indicações acima citadas as quais foram aprovadas por unanimidade. Em seguida foi feita a leitura do Mini currículo do Procurador Jurídico da Câmara Antônio Claudio dos Santos Júnior, após a leitura o procurador ora mencionado fez seu pronunciamento, o mesmo na oportunidade cumprimentou a todos os presentes e na oportunidade falou da grande importância da aprovação do projeto de lei aprovado, o qual trata da correção da inflação nos rendimentos dos funcionários desta casa de leis. Falou ainda da grande importância de cada funcionário essencial para o bom funcionamento desta casa de leis e do merecimento do referido aumento a estes. Desta forma agradeceu pela aprovação do referido projeto. Na oportunidade agradeceu ainda o governador Carlos Brandao pelo apoio ao esporte e aos atletas de imperatriz a qual inclusive sua filha foi campeã no âmbito internacional de caratê. Em seguida fez uso da tribuna o vereador Antônio Berlande, o qual na oportunidade cumprimentou a todos os presentes e de já fez um requerimento verbal sobre o povoado capemba d'agua relatou o problema de água no povoado, tendo em vista a bomba do poço ter queimado e a população está sem água, pediu celeridade na resolução desse problema. O senhor presidente submeteu em votação o requerimento verbal do vereador o qual foi aprovado por unanimidade. Na oportunidade agradeceu o deputado JP pelos recursos disponibilizados pelo mesmo o qual é dois km de asfalto, o qual vai ser distribuído conforme a demanda e recurso para um campo de futebol. Continuando usou a tribuna o vereador Jackson Sousa Rocha, o qual na oportunidade cumprimentou a todos os presentes e na oportunidade falou da grande disponibilidade dos funcionários da câmara municipal, onde estes estão sempre à disposição para ajudar e atender a todos da melhor forma possível, falou ainda das eleições estaduais e da grande importância de ter um vice governador da região sul do estado, e que espera que ele e que seus colegas vereadores não só de João Lisboa, mas de toda a região possa reforçar esse desejo para que este venha a se concretizar. Finalizou agradecendo a atenção de todos. Ao término da sessão o senhor presidente Ronnie Von Luis Rodrigues falou sobre as matérias em pauta, em seguida citou o projeto de reajuste de cinquenta por cento aos servidores efetivos da casa, ficou muito feliz pela aprovação do mesmo, é muito grato aos servidores, já está na casa há mais de treze anos e tem uma gratidão imensa pelos servidores, quando foi apresentar o projeto não pensou em nenhuma formatura, pensou no ser humano que presta serviço



Estado do Maranhão  
Câmara Municipal de João Lisboa

desde do primeiro dia, do vigia ao procurador jurídico, agradeceu as comissões, os vereadores e em especial aos servidores da casa, esse ano a casa vai receber mais cinco servidores após o concurso. Informou que a Câmara não estar recebendo o repasse do duodécimo, a constituição diz que a câmara tem que receber doze partes iguais e pela primeira vez nos seus treze anos de mandato ele não tem recebido o duodécimo como eles aprovaram na LOA no ano anterior, não sabe por qual motivo, disse que não pode ultrapassar os setenta por cento e já colocou os projetos para aprovação antes mesmo de receber porque acredita na constituição. Fez a leitura do artigo cento e sessenta e oito da constituição, onde estabelece a obrigatoriedade de o Poder Executivo repassar os recursos orçamentários para a Câmara até o dia vinte de cada mês. Pediu para ficar registrado em ata que a falta ou atraso do repasse a menor configura crime de responsabilidade do prefeito a ofensa os repasses dos poderes, obedece a constituição ou a câmara vai judicializar. Agradeceu ao Dr. Enoque representando a OAB, agradeceu todos os vereadores, servidores e todo publico presente, desejou uma ótima semana santa a todos, e por não haver mais nada a tratar declarou encerrada a sessão.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

APROVADO  
EM 14/04/2026  
*[Handwritten signature]*  
PRESIDENTE